



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS

PROCESSO N.º 50861-51.2012.4.01.3800

TERCEIRA VARA

603

CONCLUSÃO

Faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz Federal Substituto em exercício nesta Vara.

Belo Horizonte, 26 de outubro de 2012.

Analista Judiciária MG99003

DECISÃO

Trata-se de Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, proposta pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** contra a **UNIÃO FEDERAL**, pugnando pela condenação da Ré na obrigação de fazer consistente na *“reavaliação dos critérios de classificação dos alunos do ensino fundamental, garantindo, também, o acesso de crianças com seis anos incompletos, que comprovem sua capacidade intelectual por meio de avaliação psicopedagógica”*; e para *“revogar as disposições contidas nas Resoluções nº 01, de 14/01/2010 e nº 6 de 20/10/2010 e demais atos posteriores editados pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), que reproduziram a mesma obstrução à matrícula, eis que afrontam dispositivos constitucionais e legais”*.

Postula a inicial que *“os dispositivos sejam retirados das disposições normativas do CNE e que a este ato seja dada ampla publicidade”*.

Afirma o MPF que o feito em exame cuida de *“direito individual homogêneo das crianças (e futuras crianças) que desejam se matricular no primeiro ano do ensino básico e completaram (completarão)”*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS

af

seis anos após 31 de março, já possuindo capacidade intelectual para o início de sua vida estudantil”.

Sustenta o Autor a inconstitucionalidade das Resoluções nº 1, de 14/01/2010 e 6, de 20/10/2010 do CNE, por contrariarem o disposto nos arts. 205 a 214 da Constituição, que consagram o acesso ao ensino obrigatório como direito público subjetivo, sendo dever do Estado garantir o acesso aos níveis mais elevados de ensino, segunda a capacidade de cada um, não se encontrando no texto constitucional qualquer critério restritivo relativo à idade.

Aduz que a Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), estabeleceu a obrigatoriedade do ensino fundamental a partir dos seis anos de idade, sem determinar que referida idade deve ser completada antes do início do ano letivo. Argumenta não haver dúvida de que a ***mens legis*** é ampliar o acesso à educação.

Assevera, em conclusão, que “*as Resoluções CNE/CEB nº 10/2010 e nº 6/2010, e demais posteriores, do mesmo jaez, também editados pelo CNE/CEB, ao fazer uso de critério exclusivamente cronológico para a admissão das crianças no ensino fundamental, delimitando uma data de corte, cria restrição não prevista na lei e afronta a Carta Suprema, que não impõe tal óbice ao menor que demonstre desenvolvimento intelectual para tanto*”.

Em sede de tutela antecipada, postula a “*suspensão imediata dos efeitos das Resoluções nº 01, de 14/01/2010 e nº 6, de 20/10/2010, e demais atos posteriores que reproduziram a mesma ilegalidade, editados pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, em ordem a autorizar e garantir a matrícula na primeira série do ensino fundamental das crianças que venham a completar seis anos de idade no decorrer do próximo ano letivo (de janeiro a dezembro de 2012), uma vez comprovada sua capacidade intelectual mediante avaliação psicopedagógica por cada entidade de ensino*”.

Em apenso, os inquéritos 1.22.012.000195/2011-05 e 1.22.000.003789/2011-07, conduzidos pelo Ministério Público Federal em

h



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS

623

Minas Gerais, para apuração dos fatos que dão suporte à ação civil pública ora intentada.

Oportunizada vista à União sobre o pedido de liminar, ela se manifesta às f. 35/59.

Decido.

A matéria em debate já foi apreciada pelo Eg. TRF da 1ª Região que, ao julgar, sob a relatoria do Des. Fed. JIRAIR ARAM MEGUERIAN o AI nº 0069732-20.2011.4.01.0000/DF, interposto contra decisão que indeferiu o pedido de antecipação de tutela, em processo com objeto análogo ao dos presentes autos, lançou decisão de cujo teor, na parte decisória, extraio:

“6. A princípio, parece que razão assiste à agravante, visto que o acesso à educação é um direito garantido pela Constituição Federal, resguardado no art. 227, que dispõe ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à educação.

7. Parece que a Lei nº 9.394/1996, ao estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional, nada dispôs sobre o estabelecimento de data de corte/limite referente à idade de acesso à educação infantil ou ensino fundamental.

8. Dessa forma, estabelecer limitação de acesso à educação em razão de data em que a criança completa a idade de acesso ao nível escolar não me parece revestido de razoabilidade visto não haver previsão legal para tanto, bem como pelo fato de que a capacidade de aprendizado é individual, podendo ser determinada não somente pela idade, mas também pela capacidade

h



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS

636

intelecto/psicológica de cada criança, que poderá ser conferida pelas escolas, de forma individualizada, por meio de testes psicológicos/pedagógicos.

9. *Observo que no julgamento do REsp 753565/MS, cujo feito originário tratava-se de uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul objetivando obrigar o Estado a efetivar a matrícula de crianças com idade de seis anos incompletos no início do primeiro ano do ensino fundamental, o e. Relator, Ministro Luiz Fux, ressaltou no seu voto ser 'direito do menor a frequência ao ensino fundamental a partir de seis anos, sendo a referida idade alcançada no curso do semestre, é razoável que o momento da efetivação da matrícula seja aferida a capacidade do menor, para fins de realização do princípio da isonomia, sob pena de violação ao próprio comando constitucional, ...', fl. 18 de 30, e afirmou que 'Deveras, matricular um menor de seis anos no início do ano e deixar de fazê-lo com relação aquele que completaria a referida idade em um mês, por exemplo, significa o mesmo que tenta (sic) legalizar a mais violenta afronta ao princípio da isonomia, pilar não só da sociedade democrática anunciada pela Carta Magna, mas também ferir de morte a dignidade humana.', fl. 18 de 30.*

10. *Dessa forma, a Resolução do CNE/CEB Nº 06/2010 pode ser vista como norma orientadora da escola e dos pais, e não como dispositivo impositivo de restrição do direito ao acesso à educação, pois como*

h



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS

648

bem observado em julgamento recente no Supremo Tribunal Federal pelo Ministro Antonio Dias Toffoli em seu voto (ADI n. 2.404/DF), os pais devem ser responsáveis pela escolhas que fazem em relação aos seus filhos, visto que tanto um adiantamento exagerado como o atraso no acesso à educação infantil e/ou ao ensino fundamental poderão trazer sérios prejuízos à vida acadêmica da criança Catharina Bittencourt de Carvalho.

*Pelo exposto, **defiro, por ora, o pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, com a conseqüente suspensão da eficácia da Resolução nº 06/2010 em relação à Catharina Bittencourt de Carvalho, a fim de que possa se matricular sem a utilização da data de corte que seria fixada em 31 de março***”.

Comungo do entendimento esposado nesse julgado, arrimado na garantia constitucional do acesso à educação e no implemento do princípio da isonomia, dando, também, concretude à norma constitucional que preceitua acesso aos níveis mais elevados do ensino, segundo a capacidade de cada um.

Nesses motivos, em face da prova inequívoca dos fatos, da caracterização da verossimilhança das alegações do Autor e do *periculum in mora*, **DEFIRO a antecipação de tutela** postulada para suspender, de imediato, na área do Estado de Minas Gerais, os efeitos das Resoluções nº 01, de 14/01/2010 e nº 6, de 20/10/2010, e dos demais atos posteriores que reproduziram o mesmo comando, editados pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Em conseqüência, fica autorizada e garantida a matrícula na primeira série do ensino fundamental das crianças que venham a completar seis anos de idade no decorrer do próximo ano letivo (de janeiro a dezembro de 2012), uma vez comprovada sua capacidade intelectual mediante avaliação psicopedagógica por cada entidade de ensino.

h



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS

658

Em caso de eventual descumprimento da obrigação, a Ré ficará sujeita à incidência de multa no importe de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a qual deverá ser computada a partir do 10º dia contado de sua intimação acerca da presente decisão.

Cite-se a Ré, intimando-a, no mesmo ato, desta decisão, para ciência e cumprimento.

Em seguida, intime-se o Autor.

Belo Horizonte, 26 de outubro de 2012.


DANIEL CARNEIRO MACHADO
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO EM EXERCÍCIO NA 3ª VARA - MG